

Comunicações

da Faculdade Batista Pioneira

A Importância da Arqueologia na Pesquisa Acadêmica

batistapioneira.edu.br

III Seminário Internacional de Comunicações

doi.org/10.58855/2966-165X.2025.v3.014



**Comunicações está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição - Não Comercial - Sem Derivações - 4.0 Internacional**

CONCÍLIO DE NICEIA: OS CONTEXTOS HISTÓRICO, TEOLÓGICO E ECLESIAÍSTICO DO PRIMEIRO CONCÍLIO ECUMÊNICO DA IGREJA ANTIGA

Council of Nicea: The Historical, Theological and Ecclesiastical Contexts of the
First Ecumenical Council of the Early Church

George Monteiro da Silva¹

RESUMO

O Concílio de Niceia foi o primeiro dos quatro mais importantes concílios da Igreja Antiga, responsáveis pela definição das doutrinas trinitária e cristológica. A referida assembleia de bispos reuniu-se, basicamente, para resolver um impasse de caráter teológico que estava dividindo a cristandade do Oriente, no século IV, e que, no século seguinte, causaria problemas à Igreja da parte ocidental do Império Romano (portanto também uma questão com implicações eclesiológicas). O impasse era a controvérsia ariana. O que estava em jogo era a vida ou a morte da ortodoxia trinitária, a saber: Jesus compartilha ou não da mesma natureza divina de Deus, o Pai? Isto é, Jesus é o próprio Deus ou mera criatura, como proposto por Ário, o principal defensor da nova doutrina. Assim, em 325 d. C., cerca de 300 bispos de todas as províncias da Ásia, África e Europa (por isso ecumênico) reuniram-se para resolver a questão. Não obstante a assembleia ter debatido outros assuntos, a principal matéria deliberativa foi o arianismo que, ao final, foi condenado como heresia. No entanto, ainda que o arianismo tenha sido condenado e seus defensores expulsos de suas igrejas e exilados por Constantino, a heresia não foi eliminada. Em face disso, a história do arianismo pós-concílio de Niceia é um desdobramento que se faz necessário abordar. Portanto, conhecer o contexto histórico,

¹ Bacharel em Teologia pelo STBSB/RJ, com convalidação pela FABAT/RJ. Licenciado em Letras pela ESBAM/AM e em Pedagogia pela ULBRA/AM. Especialista em Teologia pela FABAT/RJ, em Língua Portuguesa pela ESBAM/AM e em Gestão Escolar pela UFAM. Mestrando em Estudos Teológicos pelo Southwestern Baptist Theological Seminary. Diretor do Seminário Batista Amazônico Eurico Nelson, seminário mantido pela Convenção Batista do Amazonas. E-mail: prgeorgemonteiro@gmail.com

teológico e eclesial do Concílio de Niceia é condição *sine qua non* para o aprofundamento dos estudos trinitários e cristológicos.

Palavras-chave: História. Teologia. Igreja.

ABSTRACT

The Council of Nicaea was the first of the four most important councils of the Early Church, responsible for defining Trinitarian and Christological doctrines. This assembly of bishops convened primarily to resolve a theological impasse that was dividing Eastern Christendom in the 4th century and that, in the following century, would cause problems for the Church in the western part of the Roman Empire (thus also a matter with ecclesiological implications). The impasse was the Arian controversy. What was at stake was the life or death of Trinitarian orthodoxy, namely: does Jesus share the same divine nature as God the Father or not? In other words, is Jesus Himself God or merely a creature, as proposed by Arius, the main proponent of the new doctrine? Thus, in 325 A.D., around 300 bishops from all the provinces of Asia, Africa, and Europe (hence ecumenical) gathered to settle the matter. Although the assembly debated other topics, the main deliberative issue was Arianism, which was ultimately condemned as heresy. However, even though Arianism was condemned and its defenders expelled from their churches and exiled by Constantine, the heresy was not eliminated. In light of this, the post-Nicaea history of Arianism is a development that must be addressed. Therefore, understanding the historical, theological, and ecclesiastical context of the Council of Nicaea is a *sine qua non* condition for deepening Trinitarian and Christological studies.

Keywords: History. Theology. Church.

INTRODUÇÃO

O primeiro concílio ecumênico da Igreja Antiga, realizado na cidade de Niceia, na Ásia Menor (atual Turquia), foi um marco na história da cristandade do IV século, bem como para a teologia cristã dos séculos seguintes. Após, aproximadamente, 250 anos de perseguições, torturas, martírios, prisões, espoliações, trabalhos forçados e diversos outros sofrimentos, os cristãos foram surpreendidos com o Édito de Milão, em 313 d. C., de autoria do novo imperador romano do Ocidente, Flávio Valério Constantino, colocando um ponto final nas perseguições aos cristãos.

O Concílio de Niceia foi uma assembleia geral de bispos responsáveis pelas diferentes regiões episcopais espalhadas por todas as províncias do Império Romano da Ásia, África e Europa. Era a primeira vez que esses “heróis da resistência” se reuniam para, antes de tudo, celebrar a fé católica² da Igreja; mas, principalmente, resolver a maior controvérsia teológica, até então experimentada pela cristandade: o Arianismo. Esses homens eram verdadeiros sobreviventes das tempestades de atrocidades que desabaram sobre a igreja, ao longo dos

² O termo católico é usado aqui com o mesmo sentido que o bispo Inácio de Antioquia usou, no início do segundo século, em sua carta à igreja de Esmirna. Portanto, em nada se refere ao catolicismo romano, como é conhecido desde a Idade Média, uma vez que seria um uso extemporâneo ou anacrônico do termo. O sentido do substantivo grego /katholikós/ usado por Inácio significa tão somente “universal”, distinguindo a universalidade da igreja do particularismo dos grupos heréticos que começavam a surgir.

três primeiros séculos, especialmente, a última (e maior de todas) perseguição promovida pelo imperador Diocleciano no início do quarto século. Finalmente, sob o ponto de vista político, os cristãos podiam viver a fé cristã em paz. Todavia, não se pode dizer o mesmo do ponto de vista teológico.

Para se ter plena ideia do perigo do arianismo, Ário, presbítero da Igreja de Alexandria e o principal promotor da heresia, fez uma releitura da doutrina da Trindade, em que afirmava que Jesus Cristo não compartilhava da mesma natureza divina de Deus, o Pai. Em outras palavras, Jesus não era Deus. Para a versão ariana do cristianismo, Jesus era preexistente, a primeira e mais destacada criatura de Deus e divino, embora não igual ao Pai.

Ao apropriar-se do contexto teológico de Ário, é possível perceber suas reais intenções ao construir sua teologia, a saber: resguardar a unidade divina, assegurar o monoteísmo ético e afastar os cristãos de cometerem o maior dos pecados, recorrentemente condenado por Deus nas Escrituras: a idolatria. Portanto, adorar a Jesus como Deus é, na prática, adorar a dois deuses – o Pai e o Filho - e, assim, cair em idolatria. E isso Ário não poderia tolerar.

Em contraposição a esse entendimento, o bispo Alexandre da Igreja de Alexandria, no Egito, que defendeu a plena divindade e eternidade de Jesus, compartilhadas com a divindade e eternidade de Deus, não viu nenhum desvio do monoteísmo ensinado nas Escrituras. Desta forma, Alexandre, bem como o jovem diácono Atanásio (que assumiu o combate contra o arianismo, após a morte de Alexandre) afirmavam que, se Jesus não é Deus, a igreja está real e efetivamente praticando o desprezível pecado da idolatria, pois estará adorando uma criatura. E isso Alexandre não poderia aceitar.

O fulcro da presente pesquisa visa elucidar esse imbróglio tanto teológico como eclesiástico, que perdurou ao longo dos séculos seguintes, envolvendo, inclusive, o poder imperial ora defendendo o arianismo, ora combatendo-o. Para que se perceba o momento importante pelo qual passou a Igreja Antiga, à princípio, do Oriente e depois do Ocidente, o primeiro capítulo apresentará a teologia trinitária adotada pelos cristãos antes da controvérsia ariana. De posse desse conhecimento, será possível compreender os aspectos diferentes e sutis da nova teologia promovida por Ário, tema este que será abordado no segundo capítulo. Ato contínuo, o terceiro capítulo apresentará os principais atores envolvidos no debate durante o Concílio de Niceia. A discussão acerca da assembleia dos bispos da Igreja, propriamente dita, será tratada no quarto capítulo deste artigo. Por fim, da feita que o fogo do arianismo não foi definitivamente debelado, apesar da decisão condenatória do Concílio, será necessário tratar do arianismo pós-concílio de Niceia no quinto e último capítulo.

Por fim, é preciso que se reconheça as limitações próprias de um trabalho de pesquisa histórica como este. Considerando a tarefa subjetiva de interpretação do historiador, as perspectivas e metodologias empregadas pelos autores consulados diferem entre si não poucas vezes. Não obstante a isso, a presente pesquisa está alicerçada em fontes primárias de reconhecida notoriedade no meio acadêmico. São obras especializadas no campo da História do Cristianismo, algumas delas verdadeiros clássicos do gênero. Diante disto, ao

admitir-se as limitações desta pesquisa que, longe de exaurir a matéria (uma vez que há tópicos a serem aprofundados, como o pano de fundo político envolvido na controvérsia), propõe-se, na verdade, a ser uma leitura introdutória que estimule o leitor ao aprofundamento do assunto e continuação da reconstrução histórica e teológica do Concílio de Niceia.

1. A TEOLOGIA TRINITÁRIA PRÉ-NICENA DA IGREJA ANTIGA

Para se ter claro o potencial teológico e eclesialmente destruidor da controvérsia ariana, que motivou a realização do primeiro Concílio de Niceia, em 325 d. C., é importante considerar a teologia da Igreja Antiga pré-nicena, no que tange à questão trinitária, especialmente, a relação das naturezas divinas de Deus, o Pai, e Jesus Cristo, o Filho.

A igreja cristã, desde seus primórdios, herdou a teologia hebraica de um único Deus criador de todas as coisas. A esse conhecimento teológico, a partir da doutrina dos apóstolos do Novo Testamento, foram acrescentadas a Cristologia e a Pneumatologia; completando, assim, a doutrina trinitária, como afirma Kelly: “Reduzidos à sua formulação mais simples, tratava-se das convicções de que Deus Se havia dado a conhecer na Pessoa de Jesus, o Messias, ressuscitando-O dos mortos e oferecendo salvação aos homens por Seu intermédio, e que Ele havia derramado Seu Santo Espírito sobre a igreja.”³

Nos três primeiros séculos da Igreja, a teologia ortodoxa da Trindade, como exposta acima, era a bússola da cristandade primitiva contra a idolatria e a heresia gnóstica, ainda que formulada de forma provisória, uma vez que não havia sido definido um credo de caráter universal que sistematizasse tal doutrina até o Segundo Concílio de Constantinopla, em 381 d. C., como lembra Kelly:

Entretanto, até então não haviam dado passos para estruturar todos esses elementos complexos num todo coerente. A igreja teve de esperar mais de trezentos anos por uma síntese conclusiva, pois foi somente no Concílio de Constantinopla (381) que se ratificou a fórmula de um só Deus existindo em três pessoas coiguais. Contudo, nos séculos precedentes, propuseram-se teorias provisórias, algumas mais satisfatórias, outras menos ...⁴

Embora o caminho teológico traçado pela Igreja tenha sido turbulento por causa dos diversos ataques das teologias heterodoxas, como o legalismo judaico do primeiro século, bem como o ebionismo, montanismo e gnosticismo do segundo século, os cristãos partilhavam entre si da convicção: “de que a salvação foi a obra de nenhum outro ser que não o Senhor do céu e da terra. Os cristãos, em meio a todas as variedades de respostas para os

³ KELLY, J. N. D. **Doutrinas centrais da fé cristã**: origem e desenvolvimento. Tradução de Márcio Loureiro Redondo. São Paulo: Vida Nova, 1994, p. 64.

⁴ KELLY, 1994, p. 65.

sistemas gnósticos, tinham certeza de que o Redentor não pertencia a alguma ordem mais baixa da realidade divina, mas era Deus mesmo”.⁵

Talvez o mais antigo testemunho da teologia trinitária, fora do Novo Testamento, venha do texto patrístico Didaquê, ou Instrução dos Doze Apóstolos, datado do fim do primeiro século da era cristã. Desconsiderando-se a flexibilização da forma de batismo, o Didaquê demonstra a compreensão ortodoxa trinitária dos cristãos primitivos: “Quanto ao batismo, procedam assim: Depois de ditas todas essas coisas, batizem em água corrente, em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Se você não tem água corrente, batize em outra água; se não puder batizar em água fria, faça-o em água quente. Na falta de uma e outra, derrame três vezes água sobre a cabeça, em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo”.⁶

Certamente a sistematização trinitária, por assim dizer, oficial mais antiga da cristandade é o Credo dos Apóstolos; datado, possivelmente, do segundo século, em sua forma mais primitiva, a batismal. Barth não economiza palavras para reafirmar a importância desse documento para a ortodoxia da igreja:

O que está em questão é que o Credo, que tem sido familiar desde o oitavo século, que já era conhecido por volta do ano 200 e, apontando para trás, para um período ainda mais antigo, foi bem-sucedido em estabelecer-se, nas várias formas de um símbolo Romano, no Oeste Cristão; este tornou-se um *Rituale Romanum* e foi então reconhecido também pelas Igrejas da Reforma como a confissão fundamental da fé comum Cristã.⁷

Bettenson, em sua proposta de trazer o registro na íntegra dos documentos da cristandade, apresenta o Credo dos Apóstolos, contendo o ensino trinitário:

1. Creio em Deus onipotente [Rufino: em Deus Pai onipotente] 2. e em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor 3. que nasceu do Espírito Santo e da Virgem Maria 4. que foi crucificado sob o poder de Pôncio Pilatos e sepultado 5. e ao terceiro dia ressurgiu da morte 6. que subiu ao céu 7. e assentou-se à direita do Pai 8. de onde há de vir para julgar os vivos e os mortos. 9. E no Espírito Santo 10. na santa Igreja 11. na remissão dos pecados 12. na ressurreição da carne 13. na vida eterna [omitido por Rufino].⁸

Gonzáles relaciona os principais Pais Apostólicos que são testemunhas da ortodoxia trinitária: a) Clemente de Romano: “De qualquer modo, a doutrina de Clemente sobre Deus é claramente trinitariana, no sentido de que diversas fórmulas trinitarianas aparecem na epístola”. b) Inácio de Antioquia: “Essa declaração sobre a realidade da natureza humana de Cristo não levou Inácio a deixar de lado sua divindade. Pelo contrário, Inácio claramente

⁵ PELIKAN, Jaroslav. **A tradição cristã**: uma história do desenvolvimento da doutrina: o surgimento da tradição católica 100-600. Volume 1. Tradução de Lena Aranha e Regina Aranha. São Paulo: Shedd, 2014, p. 186.

⁶ DIDAQUÊ: O catecismo dos primeiros cristãos para as comunidades de hoje. Tradução de Pe. Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. 10.ed. São Paulo: Paulus, 2001, p. 19.

⁷ BARTH, Karl. **Credo**. São Paulo: Novo Século, 2005, p. 17.

⁸ BETTENSON, Henry. **Documentos da igreja cristã**. Tradução de Helmuth Alfredo Simon. São Paulo: ASTE, 1967, p. 54.

declarou que Jesus Cristo é nosso Deus”. c) Epístola de Barnabé: “Assim, por exemplo, o Pseudo-Barnabé afirma a preexistência de Cristo bem como sua participação na criação”. d) O Pastor de Hermas: “Hermas se refere ao salvador como o “Filho de Deus”, e o identifica com o Espírito Santo”.⁹

Quanto aos Apologistas, Olson aponta para a compreensão trinitária, embora de caráter provisório e, por isso, ainda longe da definição do Concílio de Niceia. Talvez o mais importante apologista do segundo século seja Justino Mártir que diz que “os cristãos podem crer em Jesus Cristo e adorá-lo com o Deus (um “segundo Deus”) sem rejeitar o monoteísmo”.¹⁰ Além de Justino, Olson menciona Atenágoras, quando afirma que “Atenágoras apresentou uma das primeiras explicações teológicas da doutrina da Trindade a fim de esclarecer a má interpretação e a oposição à crença cristã”. Sobre Irineu, Olson diz que “Ireneu procurou demonstrar que o evangelho da salvação ensinado pelos apóstolos e transmitido por eles centralizava-se na encarnação, a existência humana do Verbo, o Filho de Deus, em carne e osso”.¹¹ Em relação aos pais do século III, Olson aponta a contribuição de Clemente de Alexandria, quando afirma: “Se alguém afirmar que nenhum cristão antes do século IV pensava em Jesus Cristo com o Deus, é porque não leu Clemente”. Sobre Tertuliano, certamente, a grande contribuição à doutrina da Trindade antes de Niceia, Olson diz: “Com poucas exceções, as exposições por Tertuliano tanto da doutrina da Trindade com o da humanidade e divindade de Cristo formaram os alicerces da ortodoxia eclesiástica oficial no Oriente e no Ocidente”.¹²

Tomados apenas à título de exemplo, estes contundentes e mais antigos testemunhos atestam a fé da Igreja Antiga na plena e compartilhada divindade das pessoas da Trindade. Porém, o consenso teológico trinitário básico não durará muito mais que três séculos, porque a primeira grande ameaça à unidade teológica da igreja já estava batendo à porta, logo nas primeiras décadas do quarto século: o Arianismo.

2. A CONTROVERSA TEOLOGIA ARIANA DO FILHO DE DEUS

A partir do conhecimento da fé trinitária da Igreja Antiga, é possível imaginar a grande ameaça, não apenas teológica, mas eclesiológica, à qual os cristãos, inicialmente, do norte da África ficaram expostos no século IV. Isso não quer dizer que, nos séculos anteriores, a igreja não tenha enfrentado heresias. Desde o primeiro século, a ortodoxia foi alvo de ataques ferozes do legalismo judaico, revivido no século II com o Ebionismo, juntamente com o Montanismo, Gnosticismo e Marcionismo, bem como as diferentes versões do Monarquianismo no século III. Em todos esses casos, a igreja manteve a sua fé como recebida

⁹ GONZÁLES, Justo L. **Uma história do pensamento cristão**: do início até o Concílio de Calcedônia. Tradução de Paulo Arantes e Vanuza Helena Freire de Mattos. São Paulo: Cultura Cristã, 2004, p. 65-88. Vol. 1.

¹⁰ OLSON, Roger E. **História da teologia cristã**: 2000 anos de tradição e reformas. Tradução de Gordon Chown. São Paulo: Vida, 2001, p. 60.

¹¹ OLSON, 2001, p. 62-73.

¹² OLSON, 2001, p. 89-96.

dos apóstolos; não, contudo, sem desvios, confusões e exageros por parte de alguns pais como Orígenes, por exemplo. O séc. IV, porém, trouxe no Arianismo a maior das ameaças até então. Mas como tudo em história não surge da noite para o dia, o arianismo também não surgiu “no vácuo histórico”. Por isso, se faz necessário buscar seus antecedentes filosóficos e teológicos.

2.1 Antecedentes filosóficos e teológicos do arianismo

O antecedente mais marcadamente identificável na construção da heresia ariana é o Monarquianismo¹³, como afirma Hagglund: “O desafio do monarquianismo retornou de forma mais aguda nas violentas controvérsias eclesiais do quarto século”.¹⁴ Mas o que é o Monarquianismo? O que há nesta heresia que a relaciona ao arianismo?

Para fazer justiça aos defensores do monarquianismo é preciso compreender seus pressupostos, apresentados sucintamente por Tillich:

O povo simples também se revoltou contra a Cristologia, baseada no Logos, que Orígenes recebera dos apologistas. Os leigos não estavam interessados em especulações cosmológicas, presentes no conceito do Logos. Queriam apenas ter a presença do próprio Deus na terra. Suas ideias se expressaram por meio dos monarquistas, de *monarchia*, “governo de um só”. Queriam ter apenas um governante, um só Deus e não três, como suspeitavam acontecer com a cristologia baseada no Logos. Contra o Logos, que lhes parecia um deus secundário, exaltavam a “monarquia” do Pai.¹⁵

Depreende-se das palavras de Tillich que havia um movimento dentro da igreja em favor do monoteísmo, contra a ameaça politeísta pagã ou, no caso da Trindade, triteísta. O grande propagador do monarquianismo do século III, com projeção religiosa capaz de desestabilizar a igreja e gerar adeptos foi Paulo de Samósata, bispo da importante cidade de Antioquia. Ele ensinava que tanto o Logos como o Espírito não passavam de qualidades ou poderes divinos; portanto, não eram pessoas divinas. O Logos habitou a pessoa de Jesus como uma planta

¹³ O termo “monarquianismo” vem do grego *monarchia*, isto é, “governo de um só”, ou “governo de um soberano”. Dentro da teologia, o monarquianismo pressupõe o desprezo pelo dogma da Trindade sob o pretexto de defender a unidade divina. O monarquianismo possui duas ramificações: o monarquianismo modalista e o dinâmico. Este segundo defende que Jesus não passava de um ser humano comum que, em seu batismo no Rio Jordão, recebeu o Logos divino, tornando-o um homem divinizado. Em palavras simples, Jesus não era Deus, mas um homem que foi escolhido ou adotado por Deus (por isso, também chamado de “adocionismo”). Outro aspecto do monarquianismo ficou conhecido como modalista. Ao defender a absoluta unidade divina, Sabélio ensinava que o Pai, o Filho e o Espírito Santo não eram três pessoas distintas, mas manifestações ou modos do mesmo ser de Deus (por isso, ficou conhecido como “modalista”). Em outras palavras, ao longo da história da redenção no Antigo Testamento, Deus se manifestou aos homens como Pai, nos Evangelhos, como o Filho e em Atos dos Apóstolos, como o Espírito Santo. Rompendo assim, com a existência simultaneamente triúna de Deus.

¹⁴ HAGGLUND, Bengt. **História da teologia**. Tradução de Mário L. Rehfeldt e Gládis Knak Rehfeldt. 6.ed. Porto Alegre: Concórdia, 1999, p. 63.

¹⁵ TILLICH, Paul. **História do pensamento cristão**. Tradução de Jaci Maraschin. 2.ed. São Paulo: ASTE, 2000, p. 81.

habita um vaso. Assim, a unidade entre Jesus e Deus não é baseada no compartilhamento da natureza divina, mas tão somente no amor e na obediência.¹⁶

Porém, onde entra Ário na história do monarquianismo de Paulo de Samósata? Hagglund responde dizendo o seguinte: “Há também uma conexão puramente histórica entre Ário, o herético que provocou os maiores conflitos do século quarto, e o monarquianismo dinamista. Ário, presbítero em Alexandria por volta de 310, foi discípulo de Luciano de Antioquia, que por sua vez, era seguidor de Paulo de Samósata”.¹⁷

Desta forma, fica constatada a ligação histórica e teológica de Ário com o monarquianismo recente, conhecido como monarquianismo dinâmico de Paulo de Samósata. Porém, o nascimento oficial do monarquianismo surge cem anos antes com Sabélio, por volta do ano 200, conhecido como monarquianismo modalista. Cairns resume, com clareza, a posição de Sabélio, demonstrando que tanto Sabélio como Paulo de Samósata partem do mesmo ponto, ao sustentar o mesmo pressuposto - a defesa do monoteísmo ao modo deles:

O proponente do Monarquianismo Modalista foi um homem chamado Sabélio, decidido a evitar qualquer forma de triteísmo. Por volta do ano 200, ele formou a doutrina que leva o seu nome. Ensinava uma trindade de manifestação de formas e não de essência. Deus se manifestou como Pai no Velho Testamento, depois como Filho para redimir o homem e como Espírito após a ressurreição de Cristo. Não houve, então, três pessoas em Deus, mas três manifestações.¹⁸

Muito embora o monarquianismo modalista e dinâmico expressem diferentes nuances entre si, o pressuposto filosófico é o mesmo: há uma só pessoa divina em essência e natureza, não três pessoas. Assim, o monarquianismo rompeu com a doutrina ortodoxa da Trindade, defendida pelos cristãos até o terceiro século.

Por questões de espaço não é possível aprofundar os pressupostos filosóficos e teológicos do arianismo, porém não se pode encerrar esse tópico sem uma breve referência ao monoteísmo judaico (especialmente, o judaísmo alexandrino), o neoplatonismo de Plotino, o gnosticismo (a maior heresia enfrentada pela igreja do segundo e terceiro séculos) e a controversa teologia de Orígenes acerca da subordinação do Filho em relação não Pai.

Filo, um judeu alexandrino (30 a. C – 45 d. C.), tentou harmonizar a teologia judaica com a filosofia platônica. O pensamento e o método teológico de Filo são complexos e amplos, porém, o que, basicamente, interessa para o escopo desta pesquisa é o seu entendimento de Deus e do Logos. Para Filo, Deus é absolutamente transcendente, puro, belo e autossuficiente. Deste conceito de Deus surge uma questão importante: Como é a relação desse Deus com o mundo? Como um bom platônico, Filo responde com a doutrina do Logos. Assim como o platonismo desenvolveu a ideia de seres divinos subalternos e intermediários que fazem a

¹⁶ TILLICH, 2000, p. 82.

¹⁷ HAGGLUND, 1999, p. 63.

¹⁸ CAIRNS, Earle E. **O cristianismo através dos séculos**: uma história da Igreja cristã. Tradução de Israel Belo de Azedo. 2.ed. São Paulo: Vida Nova, 1995, p. 83.

ligação entre o Uno inefável e a matéria, Filo desenvolveu a doutrina do Logos: não um ser subalterno distinto, mas emanção do próprio Deus. Assim, o Logos torna-se o intermediário divino entre Deus e a criação.¹⁹

No que se refere ao neoplatonismo, o maior representante e fundador é Plotino (205 – 270 d.C.) que ensinava a absoluta transcendência de Deus, inspirado, basicamente, no platonismo. Segundo Kelly, “em termos filosóficos, Plotino era um monista que concebia a realidade como uma imensa estrutura hierárquica, com níveis que iam descendo desde aquilo que está além do ser até o que fica abaixo do ser”.²⁰

Talvez a ameaça mais poderosa enfrentada pela igreja e que reúne filosofia platônica, judaísmo e religiões gregas de mistério foi o Gnosticismo. Kelly esboça a estrutura básica do movimento gnóstico, ainda que reconheça que seja um movimento complexo e composto de diferentes matizes: a) O gnosticismo era dualista, o que implicava na distinção entre o mundo espiritual (bom) e o mundo material (mau); b) O mundo material não foi criado pelo Deus absoluto e transcendente de luz e bondade; c) Se o mundo material não foi criado por Deus, então, a solução do gnosticismo foi atribuir essa tarefa a uma divindade inferior, que chamou de Demiurgo; d) O deus criador dos gnósticos era identificado com o Deus do Antigo Testamento; e) Entre o Deus transcendente e o mundo material havia um mediador (ou mediadores); f) A redenção é alcançada pelo conhecimento trazido pelo mediador.²¹

Certamente a grande contribuição para a doutrina de Ário vinha de dentro da própria Igreja, da produção teológica de um dos maiores doutores da cristandade, o principal teólogo e líder da Escola Catequética de Alexandria, Orígenes, no século III. Ao mesmo tempo em que Orígenes afirmava a pré-existência e a plena divindade do Filho, estabelecia também certa subordinação entre o Filho e o Pai. A partir da leitura de Orígenes, Ário obteve apoio para a sua tese de que Jesus não era igual a Deus em sua divindade, como afirma Olson: “Isso é irônico visto que Ário, o arqui-inimigo da doutrina da Trindade no século IV, atribuiu a Orígenes a origem da sua ideia de subordinacionismo do Filho”.²² O pressuposto filosófico platônico de Orígenes é evidenciado no seu conceito de Deus: um ser imutável, inefável, transcendente, infinito, princípio absoluto do universo, autoexistente e fonte de toda existência. Com esse conceito de Deus, não cabia a Orígenes outra alternativa senão afirmar a subordinação ontológica do Filho em relação ao Pai. Ário, portanto, um século depois, sentiu-se teologicamente respaldado para levar adiante a heresia ariana.

Como visto, o arianismo tinha em seu currículo programático diversas disciplinas que formaram sua teologia. Do gnosticismo, do neoplatonismo e do judaísmo de Filo presentes em muitos círculos cristãos, vieram: a) O entendimento de que há um mundo espiritual e outro material; b) A existência de um Deus transcendente e absoluto; c) O Verbo enviado por Deus para estabelecer relacionamento com o mundo material; d) A redenção obtida por meio

¹⁹ KELLY, 1994, p. 7-8.

²⁰ KELLY, 1994, p. 15.

²¹ KELLY, 1994, p. 19.

²² OLSON, 2001, p. 111-112.

do “conhecimento” do plano de salvação, expresso pelo evangelho etc. Do subordinacionismo de Orígenes veio a teologia de Ário de um Deus único, imutável e transcendente que se relaciona com este mundo material por meio do Filho, a principal criação de Deus, pré-existente e divino, mas em nada igual ao Pai, estando o Filho ontologicamente distinto, subordinado e relacionado apenas pela obediência e amor mútuo.

2.2 O cerne da teologia ariana

Considerando a herança filosófica e teológica dos séculos anteriores, como abordado panoramicamente acima, qual é de fato o cerne da teologia ariana? Gonzáles coloca esta questão de forma clara: “Os pontos em debate eram vários e sutis, mas podemos resumir toda a controvérsia à questão de se o Verbo era coeterno com o Pai ou não”.²³ Ele, então, sistematiza a posição ariana, como segue: a) Houve um tempo em que o Verbo não existia; b) Esse Verbo não era Deus, mas uma criatura, embora pré-existente e a primeira e mais distinta criação de Deus; c) O Verbo foi criado por Deus antes de toda a criação; d) A Trindade coloca em risco o monoteísmo cristão, ao propor dois deuses (Pai e Filho).²⁴

Walker acrescenta à abordagem de Gonzáles outros aspectos da teologia ariana que comprovam o grande perigo que a igreja corria:

[Ário] havia proposto a noção de que o Logos é uma criatura chamada à existência por Deus “a partir da não existência”. Como uma criatura, o Logos estava sujeito a mudança e capaz, pelo menos em princípio, tanto da virtude como do vício, exatamente como os seres humanos. Ademais, ensinava Ário, houve um “tempo” (um “quando”) no qual o Filho/Logos ainda não existia.²⁵

O que estaria em jogo se a igreja adotasse o arianismo? Daniel-Rops esclarece que “se Cristo não é Deus, todo o cristianismo desaba e se esvazia da sua substância. Já não há Encarnação nem Redenção. Mas era precisamente isso o que tornava temível o poder da doutrina herética”.²⁶ Portanto, o que estava em jogo era a própria doutrina da Redenção.

Daniel-Rops também traz outro importante esclarecimento acerca do poder de sedução e penetração da heresia ariana entre os pagãos²⁷:

Anulando o mistério da Encarnação, essa heresia tornava o cristianismo mais acessível aos pagãos, que se sentiam estupefatos perante a ideia de um Deus feito homem, mas que, pensando nos heróis divinizados da tradição antiga,

²³ GONZÁLES, Justo L. **História ilustrada do cristianismo**: a era dos mártires até a era dos sonhos frustrados. Tradução de Hans Udo Fuchs e Key Yuasa. 2.ed. São Paulo: Vida Nova, 2011, p. 166. Vol. 1.

²⁴ GONZÁLES, 2011, p. 166.

²⁵ WALKER, Wiliston. **A história da igreja cristã**. Tradução de Paulo D. Siepierski. 3.ed. São Paulo: ASTE, 2006, p. 156.

²⁶ DANIEL-ROPS, Henri. **A igreja dos apóstolos e dos mártires**. Tradução de Américo da Gama. São Paulo: Quadrante, 1988, p. 448.

²⁷ Quanto ao poder de sedução e penetração da heresia ariana entre uma parcela da cristandade da época e, sobretudo, entre os povos pagãos germânicos, será dedicado um capítulo para essa elucidação, sob o título “Desdobramentos do Concílio de Niceia”.

podiam compreender perfeitamente que um homem se tornasse Deus pelos seus méritos.²⁸

Como visto, o arianismo não se apresentou como um mero desvio ou erro doutrinário, à semelhança do que acontece em muitos casos atualmente. Historicamente, o arianismo tem sido considerado heresia, porque desconfigura e desidrata completamente a fé cristã, tornando-a, nas palavras do apóstolo Paulo (observadas o seu legítimo uso exegético contra a influência judaizante na igreja da Galácia) em “outro evangelho, o qual, na verdade, não é outro” (Gl 1.6b-7a). Da mesma forma, os teólogos do IV século rejeitaram essa perigosa versão do Cristianismo pregada por Ário.

É de conhecimento geral que a teologia ariana exerceu forte influência na cristandade do quarto século, a ponto de fragilizar a unidade de uma igreja que começava um novo tempo em sua história. Muitos personagens surgiram nesse momento crucial da Igreja, tanto a favor como contra ao arianismo, por isso, se faz necessário conhecê-los, ainda que de forma panorâmica, a fim de aprofundar o assunto.

3. OS PERSONAGENS DA CONTROVÉRSIA ARIANA

Já é sabido que Ário foi o proponente e principal defensor de uma nova cristologia, isto é, que Cristo não é Deus, sendo a primeira e mais destacada criatura divina, criado eternamente, portanto, antes das demais coisas criadas – um semideus, pré-existente, mas não divino como o Pai. No entanto, quase nada ainda foi dito acerca da pessoa de Ário, para que se possa compreender seus pressupostos e intenções. Além dele, há outros personagens envolvidos na controvérsia ariana que, em face de sua importância, será necessário conhecer, a começar pelo bispo de uma das principais cidades do Império Romano, Alexandre de Alexandria no Egito.

3.1 Bispo Alexandre de Alexandria

Alexandre foi o principal paladino da fé trinitária por ocasião do Concílio de Niceia. Porém muito pouco se sabe acerca da vida pessoal de Alexandre, porém Daniel-Rops traz certas características psicológicas do referido bispo: “homem firme, corajoso e de grande virtude”.²⁹ Gonzáles aponta para o fato de que Alexandre foi o primeiro a combater o arianismo quando identificou a heresia, ao afirmar que tanto o Pai como o Filho são eternos.³⁰ Bettenson acrescenta que Alexandre “com seu modo impávido de tratar as coisas, unificou a igreja”.³¹ Com vistas à unidade da igreja, Alexandre teve que tomar uma atitude drástica contra o cristianismo ariano: “O bispo Alexandre garantiu uma condenação do ensinamento de Ário em um sínodo em Alexandria (317 ou 318), que enviou uma carta a outros bispos sobre

²⁸ DANIEL-ROPS, 1988, p. 448.

²⁹ DANIEL-ROPS, 1988, p. 447.

³⁰ GONZÁLES, 2005, p. 36.

³¹ BETTENSON, 1967, p. 73.

a exclusão de Ário da comunhão”.³² Por fim, Olson também contribui para a construção do perfil de Alexandre: “O bispo Alexandre era, segundo tudo que se relata a seu respeito, um bispo meigo e tolerante que não tinha prazer nos conflitos, mas que finalmente resolveu responder às críticas de Ário e de seus ensinamentos a respeito de Deus e de Jesus Cristo”.³³

O embate de Alexandre com o arianismo começou antes da referida assembleia, ainda na igreja de Alexandria, em um sínodo convocado por ele, por volta de 318. Neste Sínodo, Ário foi condenado como herege e deposto de sua função de presbítero. Deste episódio em diante, e mesmo que o arianismo tenha sido novamente condenado como heresia no Concílio de Niceia, sete anos mais tarde, a igreja oriental se viu em meio a uma guerra entre católicos (ortodoxos) e arianos em busca de afirmação de sua doutrina por todo o século IV.

3.2 Presbítero Ário de Alexandria

Daniel-Rops reúne as principais informações pessoais de Ário: a) Era moralmente irrepreensível; b) Quando irrompeu a crise ariana, Ário já era um idoso, de aproximadamente 60 anos de idade; c) De origem líbia, transferiu-se para Alexandria ainda jovem; d) Alimentou-se filosófica e teologicamente das ideias gnósticas, neoplatônica e origenistas; e) Foi ordenado ao diaconato e posteriormente ao presbitério e estava à frente de uma igreja na periferia de Alexandria; f) Era um pregador prestigiado que atraía multidões para ouvi-lo; g) Seus ensinamentos não eram propriamente uma novidade, porém sua notoriedade se deu em virtude da sistematização de suas doutrinas em um *corpus* ordenado.³⁴ Gonzáles acrescenta dizendo que as ideias de Ário foram condenadas por um sínodo convocado por Alexandre.³⁵ Latourette descreve Ário como “presbítero na igreja de Alexandria. Alto, elegante, ascético, honestamente religioso, um eloquente pregador, ele dava a impressão de ser arrogante”.³⁶ Ário foi o principal propagador da versão ariana do Cristianismo no IV século.

3.3 Bispo Atanásio de Alexandria

Cairns contribui com o perfil de Atanásio, resumindo o que segue: a) Atanásio foi o principal defensor da teologia ortodoxa; b) Filho de pais ricos recebeu sua educação teológica na prestigiada escola catequética de Alexandria; c) Em sua obra *De Incarnatione*, Atanásio demonstra sua cristologia; d) Por ocasião do Concílio de Niceia tinha por volta de 30 anos de idade e, ainda, não era o bispo de Alexandria, o que viria acontecer somente em 258 d. C.; e) Para Atanásio, Cristo era *homoousios* com o Pai, isto é, da mesma essência ou natureza, embora ambos com personalidades distintas.³⁷ Segundo Gonzáles, por conta de suas

³² FERGUSON, Everett. **História da Igreja**: dos dias de Cristo à Pré-Reforma. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2017, p. 224. Vol. 1.

³³ OLSON, 2001, p. 148.

³⁴ DANIEL-ROPS, 1988, p. 447.

³⁵ GONZÁLES, 2005, p. 55.

³⁶ LATOURETTE, Kenneth Scott. **Uma história do cristianismo**: até 1500 A. D. Tradução de Heber Campos. São Paulo: Hagnos, 2006, p. 202. Vol. 1.

³⁷ CAIRNS, 1995, p. 108.

contundentes defesas a favor da teologia ortodoxa da Trindade, Atanásio foi “acusado de não ser totalmente fiel ao Imperador, sentiu-se obrigado a partir em seu primeiro de uma série de vários exílios”.³⁸ Como na época do Concílio não era bispo, mas apenas diácono, Atanásio teve suas teses defendidas por Alexandre, participando da reunião na condição de auxiliar.

3.4 Bispo Eusébio de Nicomédia

Eusébio era bispo da igreja de Nicomédia, na província da Bitínia, na Ásia Menor, quando irrompeu a crise ariana. Foi ele quem deu abrigo a Ário quando este recebeu a condenação de herege no sínodo convocado por Alexandre em 318. Por ocasião do Concílio de Niceia, Ário já havia arregimentado vários outros presbíteros e bispos para a sua causa, entre eles, Eusébio de Nicomédia que o representou na assembleia, por não ser bispo e por se encontrar na desonrosa condição de presbítero deposto, como afirma Walker: “Um pequeno número, liderados por Eusébio de Nicomédia, eram inteiramente arianos”.³⁹

A expectativa de Eusébio era convencer os membros do Concílio. Para isto, contava com a força de seus argumentos para a vitória definitiva do arianismo. Porém o resultado foi outro, como aponta Gonzáles: “Aos gritos de ‘blasfêmia!’, ‘mentira!’ e ‘heresia!’, Eusébio teve de calar-se, e conta-se que alguns dos presentes lhe arrancaram seu discurso, rasgaram-no em pedaços e o pisotearam”.⁴⁰ Não obstante humilhado, condenado como herege, deposto do episcopado de Nicomédia e exilado, Eusébio e Ário não se deram por vencidos. Como já dito, por praticamente todo o IV século o arianismo perturbou a paz da igreja.

3.5 Bispo Eusébio de Cesareia

Um personagem importante do Concílio foi Eusébio, bispo de Cesareia, na Síria (que não deve ser confundido com Eusébio de Nicomédia, citado acima). Conhecido como Pai da História da Igreja por causa de sua principal obra *História Eclesiástica*, talvez Eusébio tenha sido o bispo mais erudito de sua época. Sua postura no Concílio foi de conciliação, uma vez que, junto com muitos outros bispos que pensavam como ele, mostrava-se insatisfeito com a divisão na igreja alexandrina, justamente em uma época em que a cristandade gozava de paz e prosperidade, depois de terminados os anos de perseguição. O tom conciliatório de Eusébio de Cesareia revelou-se em sua contribuição para formulação do credo ao propor uma definição que contemplasse tanto arianos como católicos. Mesmo que não aceita plenamente, a definição de Eusébio serviu de base para o Credo de Niceia, como mostra Cairns: “Esta crença [de Eusébio] tornou-se a base do credo que ao final seria elaborado em Nicéia, mas que dele diferia ao afirmar a unidade de essência ou substância do Pai com o Filho”.⁴¹

³⁸ GONZÁLES, 2005, p. 64.

³⁹ WALKER, 2006, p. 159.

⁴⁰ GONZÁLES, 2011, p. 169.

⁴¹ CAIRNS, 1995, p. 108.

3.6 Imperador Constantino, o Grande

Outro importante personagem a ser considerado é o imperador Constantino, a quem coube a convocação do primeiro concílio ecumênico da Igreja: esse é o fato que justifica o interesse por esse personagem. Diante disso, surge a pergunta: Por que um imperador, em seus primeiros anos de governo, teria interesse em um assunto interno da igreja?

Gonzáles mostra o porquê do interesse do imperador nas questões teológicas de Niceia, ao sugerir que a real motivação de Constantino no debate possuía um pano de fundo político, não meramente religioso: “A principal diferença era que, enquanto esses [imperadores] tentaram restaurar o velho Império reafirmando a antiga religião pagã, Constantino cria que era possível fazer essa restauração não sobre a base da religião pagã, mas com base no cristianismo”.⁴²

Em todo o caso, Constantino esforçou-se por apaziguar os ânimos das partes contendentes e não apenas convocou e abriu a assembleia, como também suportou suas despesas com os recursos do Estado romano, conforme Ferguson relata: “por isso, convidou os bispos para irem em maio de 325 ao palácio real em Niceia. Ele ofereceu a ajuda do posto imperial para fornecer transporte para a reunião. Provavelmente, entre 250 e 300 bispos responderam”.⁴³ Desta forma, com a “paz de Constantino” pondo fim à perseguição, seu favorecimento à Igreja, seu interesse na união da cristandade e seu esforço por uma solução oficial da controvérsia ariana, tudo encontrava-se preparado para a primeira e, em muitos aspectos, talvez a maior assembleia da Igreja Antiga.

4. A ASSEMBLEIA GERAL DE BISPOS: O CONCÍLIO DE NICEIA

O primeiro concílio ecumênico da Igreja Antiga, realizado na cidade de Niceia, na província da Bitínia, Ásia Menor, em 325 d. C., ou, simplesmente, Concílio de Niceia foi uma ampla assembleia de bispos da cristandade do IV século. Sem entrar em muitos detalhes por questões de espaço e objetivo deste artigo, três considerações apenas devem ser feitas acerca do referido concílio: a) A composição da assembleia. b) A pauta do concílio, isto é, sua agenda de trabalho, contendo as matérias deliberativas, c) A tomada de decisão da assembleia de bispos referente à controvérsia ariana e d) A redação de um documento final e oficial da assembleia, por assim dizer, a “Carta de Niceia”; isto é, a produção de um credo ortodoxo com validade e abrangência universais, o qual ficou conhecido na história como o Credo de Niceia. Este credo serviu de base para o Credo Niceno, definido em Constantinopla (381).

4.1 A composição da assembleia

Cerca de 300 bispos de todas as partes do Império Romano (Europa, África e Ásia) reuniram-se em Niceia, em 325 d. C., portanto, apenas doze anos após a promulgação do Édito

⁴² GONZÁLES, 2011, p. 127.

⁴³ FERGUSON, 2017, p. 225.

de Milão de 313 d. C. Essa informação inicial é importante para se ter ideia da relevância dessa primeira assembleia geral dos representantes da igreja: gente que há pouco tempo passara por prisões, maus tratos, torturas, humilhações, espoliações, exílios e sofrimentos dos mais diversos.

Segundo Gonzales, a assembleia não era monolítica, mas diversa em termos de postura e opinião acerca da principal matéria de pauta: a controvérsia ariana. De forma didática, Gonzáles descreve os diversos grupos que compunham a reunião. O primeiro grupo era composto por arianos, liderados por Eusébio, bispo de Nicomédia, uma vez que Ário, não sendo bispo, não poderia participar das deliberações. O segundo grupo, formado por bispos ortodoxos que condenavam a doutrina de Ário, era liderado pelo bispo Alexandre, de Alexandria, assessorado pelo jovem diácono Atanásio, que viria a ser bispo de Alexandria, após a morte de Alexandre. O terceiro grupo do concílio, composto por bispos da parte ocidental do império de fala latina, era o grupo mais desinteressado na querela teológica, pois estava satisfeito com a definição trinitária de Tertuliano de uma substância em três pessoas, elaborada há cerca de um século. O quarto grupo resolvia para si a controvérsia ao defender o que ficou conhecido como “patripassionismo”, isto é, Pai e Filho não são duas pessoas, semelhantes ou não em natureza, mas uma única pessoa; assim, quem morreu na cruz foi o Pai, por isso, “patripassionismo”. O quinto e último grupo era o grupo do, por assim dizer, “deixa prá lá”. Em outras palavras, os bispos desse grupo consideravam a briga entre Alexandre e Ário despropositada e prejudicial à igreja, principalmente agora que ela estava vivendo uma nova era de paz e de prosperidade. Portanto a bandeira levantada pelo grupo não era teológica, mas eclesiológica, pois buscava conciliação, o apaziguamento dos ânimos e o fim da controvérsia.⁴⁴

4.2 A pauta do Concílio

Gonzáles sumariza a pauta do Concílio de Niceia com as seguintes informações: “Nesse ambiente de euforia, os bispos se puseram a discutir as muitas questões legislativas que era necessário resolver, uma vez terminada a perseguição. A assembleia aprovou uma série de regras para a readmissão dos que tinham caído, sobre como os presbíteros e bispos deveriam ser eleitos e ordenados, e sobre a ordem de precedência das diversas sedes. A questão mais escabrosa, porém, que o concílio de Niceia tinha de discutir era a controvérsia ariana.⁴⁵

Ferguson registra em sua obra os seguintes pontos de pauta do concílio: a) Data da Páscoa; b) A readmissão dos seguidores de Novaciano, Melécio e Paulo de Samósata; c) Aprovação de um *corpus* da lei canônica para a igreja bizantina.⁴⁶

⁴⁴ GONZÁLES, 2011, p. 167-168.

⁴⁵ GONZÁLES, 2011, p. 167.

⁴⁶ FERGUSON, 2017, p. 228.

Walker acrescenta decisões quanto à estruturação administrativa da igreja que “estabeleceu uma série de cânones que pela primeira vez definiram uma estrutura eclesial formal acima do nível local”.⁴⁷

Todavia, dada a importância da controvérsia ariana, tanto para a igreja como para todo o Império Romano, a principal pauta do Concílio de Niceia era resolver, definitivamente, a contenda acerca da divindade ou não de Cristo, portanto, se sua natureza compartilhava ou não da natureza divina do Pai.⁴⁸

4.3 A decisão conciliar no que respeita à controvérsia ariana

A posição ortodoxa antiga que previa a divindade de Jesus Cristo foi ratificada em Niceia, como afirma Ferguson: “O concílio adotou a palavra *homoousios* para eliminar o ensino ariano, bem como para afirmar que Jesus Cristo era plenamente Deus, compartilhando, de alguma forma, a mesma natureza divina do Pai”.⁴⁹ Traduzindo a decisão do Concílio, os bispos reunidos reafirmaram a Cristologia apresentada no Novo Testamento: Jesus Cristo, o Filho, possui a mesma natureza divina de Deus, o Pai; por isso, o Filho é reconhecido tão divino quanto o Pai.

Ao decidir pela ortodoxia trinitária (embora, nesse momento, esteja em questão apenas a relação entre Pai e Filho), a igreja representada por seus bispos reafirmou tanto as Escrituras como a tradição da Igreja, como lembra Kelly: “É razoável conjecturar que, ao repudiarem assim o arianismo, os pais de Nicéia partilhavam com Alexandre a convicção de que as Escrituras e a tradição confirmavam igualmente a divindade e a imutabilidade da Palavra”.⁵⁰

4.4 O Credo de Niceia

Os bispos do concílio, reunidos em Niceia, decidiram pela condenação do arianismo, porque, entre tantas implicações políticas e eclesialísticas, “Parecia-lhes, com razão, que Ário fazia do Verbo ou Filho de Deus um ser inferior ao Pai, e de alguma forma menos divino que o próprio Deus. Isto implicava que ao mesmo tempo a igreja adorava um a criatura”.⁵¹

A fim de oficializar a decisão tomada, o Concílio promulgou uma espécie de “carta de Niceia” ou, como ficou estabelecido, o Credo de Niceia. Porém antes que seja apresentado o credo, duas considerações devem ser feitas em relação ao seu conteúdo.

A primeira diz respeito à origem do credo. Gonzáles afirma, com outras palavras, que o teor principal do credo não era original, uma vez que: “o Concílio decidiu promulgar um credo, ao que parece baseado na antiga fórmula batismal da igreja de Cesareia, e originalmente proposto por Eusébio de Cesareia. Todavia, acrescentaram várias frases e esclarecimentos a

⁴⁷ WALKER, 2006, p. 161.

⁴⁸ Para acesso à pauta de trabalho do Concílio de Niceia, com outros assuntos que não somente a questão ariana, é preciso consultar os cronistas e as atas da época, o que estaria fora do escopo desta pesquisa.

⁴⁹ FERGUSON, 2017, p. 226.

⁵⁰ KELLY, 1994, p. 176.

⁵¹ GONZÁLES, 2005, p. 492.

esse credo que mostravam claramente que o arianismo não era aceitável”.⁵² Bettenson confirma a informação trazida por Gonzáles ao afirmar que “O credo de Eusébio era ortodoxo, porém não resolvia explicitamente a posição de Ário. Contudo, serviu de base e foi aperfeiçoado pelo concílio”.⁵³

A segunda consideração acerca do conteúdo do credo é referente a sua extensão. Gonzáles nos alerta que há uma diferença, muitas vezes ignorada, entre o Credo de Niceia e o Credo Niceno: “Essas frases são ditas ainda no Credo Niceno (que em realidade não é exatamente o mesmo que se adotou em Nicéia, mas aquele com algumas variantes)”.⁵⁴ Em outras palavras, ao Credo Niceno foram acrescentados certos conteúdos (frases) que originalmente não figuravam no Credo de Niceia. Esses acréscimos, considerados aperfeiçoamentos do credo, foram homologados no Concílio de Constantinopla, em 381 d. C., “Daí ser frequentemente mencionado como credo de Constantinopla ou credo Niceno-constantinopolitano”.⁵⁵

Gonzáles confirma a informação trazida por Bettenson, quando afirma o que segue: “Essa fórmula, a que depois foram acrescentadas diversas cláusulas — e foram tirados os anátemas do último parágrafo —, é a base do que hoje em dia chamamos de “Credo niceno”, o credo cristão mais universalmente aceito”.⁵⁶ Assim, Bettenson traz na íntegra o Credo de Niceia:

Cremos em um só Deus, Pai onipotente, criador de todas as coisas visíveis e invisíveis; e em um só Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus, gerado pelo Pai, unigênito, isto é, da substância do Pai, Deus de Deus, Luz de Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado não feito, de uma só substância com o Pai, pelo qual foram feitas todas as coisas, as que estão no céu e as que estão na terra; o qual, por nós homens e por nossa salvação, desceu, se encarnou e se fez homem e sofreu e ressuscitou ao terceiro dia, subiu ao céu, e novamente deve vir para julgar os vivos e os mortos; e no Espírito Santo.⁵⁷

O concílio de Niceia incluiu no fim do credo um anátema (excluído em Constantinopla), condenando aqueles que negassem a divindade do Filho: “E a quantos dizem: ‘Ele era quando não era’, e ‘Antes de nascer, Ele não era’, ou que ‘Foi feito do não existente’, bem como a quantos alegam ser o Filho de Deus ‘de outra substância ou essência’, ou ‘feito’, ou ‘mutável’, ou ‘alterável’, a todos estes a Igreja Católica e Apostólica anatematiza”.⁵⁸

Por fim, considerando que o Credo é uma resposta ortodoxa à heresia ariana, é de se esperar que estabeleça um contraponto às afirmações heterodoxas de Ário a respeito do Filho. É exatamente o que acontece: em cada frase, ele afirma a divindade de Jesus. Apenas

⁵² GONZÁLES, 2005, p. 492.

⁵³ BETTENSON, 1967, p. 55.

⁵⁴ GONZÁLES, 2005, p. 492.

⁵⁵ BETTENSON, 1967, p. 56.

⁵⁶ GONZÁLES, 2011, p. 170.

⁵⁷ BETTENSON, 1967, p. 55.

⁵⁸ BETTENSON, 1967, p. 56.

para servir de exemplo, Gonzáles seleciona as seguintes declarações acerca da divindade de Cristo constante do Credo: a) Deus de Deus; Luz de Luz; verdadeiro Deus de verdadeiro Deus; b) Gerado, não criado; c) Na parte final condena aqueles que afirmarem que o Filho veio à existência a partir das coisas que não são, ou seja, que foi feito do nada, como a criação.⁵⁹

5. DESDOBRAMENTOS DO CONCÍLIO DE NICEIA

Não obstante o Concílio de Niceia condenar os argumentos de Eusébio de Nicomédia que, na ocasião, representava Ário por este não ser bispo (reafirmando a teologia ortodoxa que considerava o Filho *homoousios* com o Pai) e de depô-lo de suas funções pastorais, bem como os demais bispos que o apoiavam, o arianismo não morreu. A controvérsia ariana perdurou ainda por várias décadas na parte oriental do império, como afirma Kelly: “Aliás, o fim do concílio, com a dispersão de seus participantes, marcou o início de um longo período de controvérsia que durou pelo menos até a morte de Constâncio, em 361”.⁶⁰ Assim, durante boa parte do século IV, os embates entre as duas versões do Cristianismo (católica e ariana) marcaram a história da igreja oriental, através de desdobramentos políticos, teológicos e eclesiásticos. Pelo termo desdobramento, entenda-se os diferentes reflexos ou resultados tanto da decisão oficial da assembleia como da assembleia propriamente dita. O primeiro desdobramento a ser constatado é o político.

5.1 Desdobramento político

O primeiro desdobramento de Niceia tem a ver com a interferência do imperador nos assuntos da igreja, até então, algo inusitado, como aponta Gonzáles: “A essa sentença Constantino, acrescentou a sua, ordenando que os bispos depostos abandonassem suas cidades. Essa sentença de exílio, acrescentada à de heresia, teve consequências funestas, como já dissemos, pois estabeleceu o precedente de que o Estado intervém para assegurar a ortodoxia da igreja ou de seus membros”.⁶¹

A interferência do Estado romano na vida da igreja já estava acontecendo desde a convocação do concílio, uma vez que não foi nenhum bispo da Igreja, mas o próprio imperador quem o fez. Como já mencionado, o interesse de Constantino na vida e ordem da igreja, na avaliação de Gonzáles, não tinha caráter puramente religioso, mas fundamentalmente político: “Muito mais importante, todavia, foi o fato de agora o Estado estar interessado em que todos os conflitos que pudessem aparecer entre os fiéis fossem resolvidos. Constantino queria que a igreja fosse ‘o cimento do Império’, e por isso qualquer divisão nela podia ameaçar a unidade do Império”.⁶²

⁵⁹ GONZÁLES, 2011, p. 170.

⁶⁰ KELLY, 1994, p. 179.

⁶¹ GONZÁLES, 2011, p. 170.

⁶² GONZÁLES, 2011, p. 164.

Agora, a igreja assiste a Constantino acrescentar à punição imposta pela assembleia de bispos a sua própria: o exílio dos bispos arianos. Como bem lembra Gonzáles, essa atitude do imperador abriu uma porta que nunca mais irá se fechar, pelo menos do Oriente, isto é, a intervenção do Estado nos assuntos Igreja. Como comprovação disso, Gonzáles lembra que nos séculos de perseguição, as diferenças teológicas eram resolvidas na base do argumento teológico, e as Escrituras eram consultadas como árbitro final, definindo a doutrina correta. No entanto, no tempo de Constantino e, sobretudo, após Niceia, quem definia a doutrina era o imperador: “O resultado foi que, em muitos casos, os contendentes, em vez de tentar convencer seus opositores ou o restante da igreja, tentavam convencer o imperador. Em pouco tempo, o debate teológico desceu ao nível da intriga política”.⁶³

O precedente de o imperador interferir nos assuntos da igreja ultrapassará os dias de Constantino, morto em 337 d. C., e alcançará seus filhos, especialmente, Constâncio no Oriente, a princípio, e depois como imperador soberano do Império Romano, após a morte de seus dois irmãos, Constantino II e Constante.

Porém o que a interferência imperial na igreja tem a ver com a questão ariana já superada pelo Concílio de Niceia? Como dito acima, o arianismo não morreu após a decisão do Concílio, porque o que o manteve vivo foi justamente a simpatia de Constantino e, depois, de seu filho Constâncio, pelo arianismo. A aproximação do imperador ao grupo ariano, favoreceu a causa de Ário, ao ponto de Constantino ordenar o retorno dos bispos exilados e que Ário fosse readmitido à comunhão da Ceia do Senhor. Constâncio (337-361), filho e sucessor de Constantino, favoreceu ainda mais o arianismo, perseguindo os bispos nicenos.

Somente pós a morte de Constâncio e o interregno dos imperadores Juliano (361-363), que procurou reavivar o paganismo, por isso, recebeu o epíteto de o Apóstata e Valente (364-378) que, por ser ariano, retornou com a perseguição aos bispos católicos, a causa nicena obteve vitória definitiva com a ascensão de Teodósio I (379-395) ao cargo de imperador. O novo imperador, por professar a fé ortodoxa de Niceia, tornou o cristianismo niceno a religião oficial do império, e confirmou a ortodoxia no segundo concílio geral da igreja, realizado em Constantinopla, em 381 d.C., convocado por ele, que produziu novo credo que ficou conhecido na história como Credo Niceno-constantinopolitano ou, simplesmente, Credo Niceno. É importante ressaltar que a base do Credo Niceno de 381 d.C., é o Credo de Niceia de 325 d.C.

5.2 Desdobramento teológico

O desdobramento teológico aconteceu como resultado do desdobramento político. Com a simpatia de Constantino e, posteriormente, de seu filho Constâncio pela causa ariana, os bispos católicos enfrentaram duras perseguições e recorrentes exílios. À título de exemplo, tem-se o caso de Atanásio. Ainda durante o reinado de Constantino, Atanásio, então bispo de Alexandria, sucessor de Alexandre, foi exilado por defender a causa nicena contra a poderosa

⁶³ GONZÁLES, 2011, p. 164.

influência ariana sobre o imperador. Sob o governo de Constâncio, Atanásio foi exilado mais duas vezes, pelo mesmo motivo. Sob Juliano, mais um exílio e, por último, com Valente o último exílio. Foram cinco exílios, causados pela guerra teológica declarada entre católicos e arianos. O exemplo de Atanásio confirma as palavras de Jerônimo citadas por Gonzáles: “como diria Jerônimo... o mundo despertou de um sono profundo e percebeu que tinha ficado ariano”.⁶⁴ Assim, uma nova versão do Cristianismo circulava livremente pelas igrejas orientais.

A pressão ariana sobre a igreja, com o apoio do Estado, foi tão forte que bispos católicos, premidos pelas circunstâncias, foram obrigados a subscrever a confissão ariana, como afirma Gonzáles: “Os líderes nicenos tiveram novamente de abandonar suas dioceses, e a pressão imperial foi tão grande que mais tarde os anciãos Óssio de Córdoba e Libério – o bispo de Roma – assinaram uma confissão ariana”.⁶⁵ Diante disso, é possível compreender o desabafo de Jerônimo de que o mundo dormiu católico e acordou ariano.

5.3 Desdobramento eclesiástico

O desdobramento eclesiástico do Concílio de Niceia foi imediatamente sentido na parte oriental e, posteriormente, na parte ocidental do império. Como já mencionado, o arianismo Pós-Niceia continuou vivo e ativo, por boa do IV século, sob a tutela de imperadores simpatizantes do arianismo, como Constantino, ou arianos convictos como Constâncio e Valente. Somente em 380 d.C., por meio do Édito de Tessalônica, Teodósio I declarou a fé de Niceia como a religião oficial do Império Romano, quando o cenário se inverteu e os arianos começaram a ser perseguidos pelos nicenos.

Mesmo diante desse cenário de proibição de operar dentro dos limites do império, o arianismo não arrefeceu seu ímpeto e se projetou em direção aos povos germânicos que, desde meados do IV século, pressionavam as fronteiras do norte. Próximo ao fim do V século, diversos reinos germânicos encontravam-se instalados na Europa ocidental, entre eles, os Ostrogodos, Visigodos e Vândalos.

Porém o que esta história de invasão do Império Romano pelos povos bárbaros tem a ver com Niceia? Gonzáles, respondendo a essa pergunta, aponta um dos desdobramentos eclesiásticos do concílio, ao se referir à conversão desses povos à versão ariana do Cristianismo: “O segundo esclarecimento é que muitos desses invasores eram cristãos. No século IV, quando os godos se encontravam ao norte do Danúbio, havia entre eles missionários provenientes da parte oriental do Império Romano. O mais famoso deles, de quem só sabemos o nome godo, Úlfilas, inventara uma maneira de escrever a língua gótica, traduzindo as Escrituras para ela”.⁶⁶

Assim, o cristianismo ariano que, praticamente, só era conhecido no Oriente, com a chegada dos povos bárbaros ao ocidente, evangelizados por missionários da igreja ariana, a parte ocidental do império viverá os próximos dois séculos com a incômoda presença de duas

⁶⁴ GONZÁLES, 2011, p. 172.

⁶⁵ GONZÁLES, 2011, p. 172.

⁶⁶ GONZÁLES, 2011, p. 229.

igrejas – nicena e ariana – em constante conflito, cada uma tentando a supremacia e a universalidade de sua fé. Gonzáles define bem o cenário pós-niceia: “O que estava em jogo era, primeiro, se os arianos obrigariam os católicos a se converter, ou vice-versa; e, segundo, se os bárbaros, que ainda eram pagãos, se tomariam católicos ou arianos”.⁶⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face da exiguidade de espaço, da dificuldade de se conseguir uma quantidade mais expressiva de fontes primárias em língua portuguesa, bem como em função das limitações do pesquisador (mais teólogo que historiador), este artigo não teve a pretensão de exaurir o tema. A bem da verdade, está muito longe disto, pois, dada a subjetividade característica da historiografia, muitas lacunas foram se abrindo ao longo do caminho da reconstrução histórico-teológica do Concílio de Niceia que, inclusive, também devem ser contadas como aspecto limitador, uma vez que se tem à frente dois universos colossais de conhecimento: a história e a teologia da Igreja Antiga. Não obstante as limitações supracitadas, acredita-se que os objetivos foram atingidos, no que tange à elucidação do contexto histórico, teológico e eclesiástico do Concílio de Niceia, além de considerar suas razões, implicações e desdobramentos.

O Concílio de Niceia consistiu em uma reunião geral de bispos das igrejas espalhadas pelas províncias da Ásia, África e Europa que compunham o Império Romano, em cujo trono sentava o Sumo Pontífice, o imperador Flávio Aurélio Constantino, o mesmo que convocou a assembleia ecumênica de bispos. Não obstante muitas outras matérias terem sido objeto de deliberação, o principal assunto de debate foi a controvérsia ariana: uma nova interpretação trinitária, que distinguia a divindade do Filho em relação à divindade do Pai. Nas palavras da época: o Filho não é *homoousios* com o Pai, o que significa dizer que Jesus é divino, mas não igual a Deus. Os bispos julgaram o arianismo uma perigosa heresia, condenaram-no e depuseram seus defensores de suas funções eclesiásticas. Todavia, ao contrário do que se possa imaginar, apesar da condenação como falsa doutrina, o fogo do arianismo não foi debelado. Impedidos de propagar o arianismo dentro dos limites do Império Romano, Ário e seus seguidores dirigiram-se para além das fronteiras do império, para as regiões habitadas pelos povos germânicos e os evangelizaram. E em resultado da obra missionária realizadas pelos missionários arianos, muitos povos bárbaros que adentraram o império, no século V, haviam adotado a versão ariana do cristianismo. Foi quando a igreja ocidental, efetivamente, sentiu-se ameaçada e teve que combater a heresia durante os séculos V e VI, além de converter para o catolicismo os reinos germânicos que haviam adotado o arianismo.

O século IV foi o palco da luta da Igreja Antiga pelo estabelecimento da fé “católica”, isto é, da fé trinitária herdada dos tempos apóstolos. Desta forma, o Concílio de Niceia não deve ser considerado simplesmente um relato do passado, apenas estudado para mero conhecimento histórico. A fé trinitária crida e defendida hoje em dia pelas igrejas

⁶⁷ GONZÁLES, 2011, p. 230.

conservadoras é resultado do esforço da cristandade do IV século. Assim, se no século XXI há quem defenda que Jesus é Deus, não sendo mera criatura, tem uma dívida com o Concílio de Niceia. Se os cristãos não capitularam diante da sedutora heresia ariana que defendia a unidade do Ser divino, contra um aparente politeísmo e idolatria da doutrina trinitária, possuem uma dívida para com o bispo Alexandre e seu jovem diácono Atânasio, os grandes paladinos da ortodoxia. Quem conhece um pouco da teologia das Testemunhas de Jeová ou do ministério musical Voz da Verdade sabe que certos aspectos do arianismo continuam atuais, exigindo que se levantem novos “Alexandres” e “Atanásios”.

A História do Cristianismo continua a ser contada e recontada, em face das novas descobertas arqueológicas e documentais, promovendo releituras das evidências que trazem novas luzes ao passado já conhecido. Assim, a porta permanece aberta para novas pesquisas, pois serão necessários mais aprofundamentos de temas como a natureza do poder sedutor do arianismo na evangelização dos povos germânicos, os pressupostos filosóficos e teológicos do arianismo e os aspectos políticos que emolduraram a opção ariana por parte de certos grupos, especialmente, os imperadores da época.

REFERÊNCIAS

BARTH, Karl. **Credo**. São Paulo: Novo Século, 2005.

BETTENSON, Henry. **Documentos da igreja cristã**. Tradução de Helmuth Alfredo Simon. São Paulo: ASTE, 1967.

CAIRNS, Earle E. **O cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja cristã**. Tradução de Israel Belo de Azedo. 2.ed. São Paulo: Vida Nova, 1995.

DANIEL-ROPS, Henri. **A igreja dos apóstolos e dos mártires**. Tradução de Américo da Gama. São Paulo: Quadrante, 1988.

DIDAQUÊ: O catecismo dos primeiros cristãos para as comunidades de hoje. Tradução de Pe. Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. 10.ed. São Paulo: Paulus, 2001.

FERGUSON, Everett. **História da Igreja: dos dias de Cristo à Pré-Reforma**. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2017.

GONZÁLES, Justo L. (Edit.). **Dicionário ilustrado dos intérpretes da fé**. Tradução de Reginaldo Gomes de Araújo. Santo André: Academia Cristã, 2005.

GONZÁLES, Justo L. **História ilustrada do cristianismo: a era dos mártires até a era dos sonhos frustrados**. Tradução de Hans Udo Fuchs e Key Yuasa. 2.ed. São Paulo: Vida Nova, 2011. Vol. 1.

GONZÁLES, Justo L. **Uma história do pensamento cristão: do início até o Concílio de Calcedônia**. Tradução de Paulo Arantes e Vanuza Helena Freire de Mattos. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

HAGGLUND, Bengt. **História da teologia**. Tradução de Mário L. Rehfeldt e Gládis Knak Rehfeldt. 6.ed. Porto Alegre: Concórdia, 1999.

KELLY, J. N. D. **Doutrinas centrais da fé cristã**: origem e desenvolvimento. Tradução de Márcio Loureiro Redondo. São Paulo: Vida Nova, 1994.

LATOURETTE, Kenneth Scott. **Uma história do cristianismo**: até 1500 A. D. Tradução de Heber Campos. São Paulo: Hagnos, 2006.

LITFIN, Bryan M. **Conhecendo os pais da igreja**: uma introdução evangélica. Tradução de Márcio Loureiro Redondo. São Paulo: Vida Nova, 2015.

NICHOLS, Robert Hastings. **História da igreja cristã**. Tradução de J. Maurício Wanderley. 12.ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

OLSON, Roger E. **História da teologia cristã**: 2000 anos de tradição e reformas. Tradução de Gordon Chown. São Paulo: Vida, 2001.

PELIKAN, Jaroslav. **A tradição cristã**: uma história do desenvolvimento da doutrina: o surgimento da tradição católica 100-600. Tradução de Lena Aranha, Regina Aranha. São Paulo: Shedd, 2014. Vol. 1.

TILLICH, Paul. **História do pensamento cristão**. Tradução de Jaci Maraschin. 2.ed. São Paulo: ASTE, 2000.

WALKER, Wiliston. **A história da igreja cristã**. Tradução de Paulo D. Siepierski. 3.ed. São Paulo: ASTE, 2006.